

15/02/2011

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 831.778 PARANÁ

|                |                                                   |
|----------------|---------------------------------------------------|
| RELATORA       | : MIN. CÂRMEN LÚCIA                               |
| AGTE.(s)       | : IVERSON LUIZ DE OLIVEIRA                        |
| ADV.(A/S)      | : CIRO BRUNING E OUTRO(A/S)                       |
| AGDO.(A/S)     | : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ          |
| PROC.(A/S)(ES) | : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ |

**EMENTA:** AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENAL. HOMICÍDIO CULPOSO. ART. 302 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. CONSTITUCIONALIDADE DECLARADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Primeira Turma, sob a Presidência da Ministra Cármen Lúcia, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, à unanimidade, **em negar provimento ao agravo regimental no agravo de instrumento**, nos termos do voto da Relatora.

Brasília, 15 de fevereiro de 2011.

Ministra CÂRMEN LÚCIA - Relatora



**15/02/2011****PRIMEIRA TURMA****AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 831.778 PARANÁ**

|                       |                                                          |
|-----------------------|----------------------------------------------------------|
| <b>RELATORA</b>       | <b>: MIN. CÁRMEN LÚCIA</b>                               |
| <b>AGTE.(S)</b>       | <b>: IVERSON LUIZ DE OLIVEIRA</b>                        |
| <b>ADV.(A/S)</b>      | <b>: CIRO BRUNING E OUTRO(A/S)</b>                       |
| <b>AGDO.(A/S)</b>     | <b>: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ</b>          |
| <b>PROC.(A/S)(ES)</b> | <b>: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ</b> |

### **RELATÓRIO**

#### **A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - (Relatora):**

1. Em 16 de dezembro de 2010, neguei seguimento ao agravo de instrumento interposto por Iverson Luiz de Oliveira contra decisão que não admitiu recurso extraordinário contra julgado do Tribunal de Justiça do Paraná, o qual aplicou ao recorrente a pena prevista para o crime do art. 302, *caput*, do Código de Trânsito. A decisão agravada teve a seguinte fundamentação:

*"5. Razão jurídica não assiste ao Agravante.*

*6. Este Supremo Tribunal assentou a constitucionalidade do art. 302 do Código de Trânsito Brasileiro:*

*"DIREITO PENAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. HOMICÍDIO CULPOSO. DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. CONSTITUCIONALIDADE: ART. 302, PARÁGRAFO ÚNICO, LEI 9.503/97. IMPROVIMENTO. 1. A questão central, objeto do recurso extraordinário interposto, cinge-se à constitucionalidade (ou não) do disposto no art. 302, parágrafo único, da Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), eis que passou a ser dado tratamento mais rigoroso às hipóteses de homicídio culposo causado em acidente de veículo. 2. É inegável a existência de maior*

**AI 831.778 AgR / PR**

*risco objetivo em decorrência da condução de veículos nas vias públicas - conforme dados estatísticos que demonstram os alarmantes números de acidentes fatais ou graves nas vias públicas e rodovias públicas - impondo-se aos motoristas maior cuidado na atividade. 3. O princípio da isonomia não impede o tratamento diversificado das situações quando houver elemento de discrimen razoável, o que efetivamente ocorre no tema em questão. A maior frequência de acidentes de trânsito, com vítimas fatais, ensejou a aprovação do projeto de lei, inclusive com o tratamento mais rigoroso contido no art. 302, parágrafo único, da Lei nº 9.503/97. 4. A majoração das margens penais - comparativamente ao tratamento dado pelo art. 121, § 3º, do Código Penal - demonstra o enfoque maior no desvalor do resultado, notadamente em razão da realidade brasileira envolvendo os homicídios culposos provocados por indivíduos na direção de veículo automotor. 5. Recurso extraordinário conhecido e improvido" (RE 428.864, Rel. Min. Ellen Gracie, Segunda Turma, DJe 14.11.2008 – grifos nossos).*

*Dessa orientação jurisprudencial não divergiu o julgado recorrido.*

*7. Pelo exposto, nego seguimento a este agravo (art. 38 da Lei n. 8.038/90 e art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal)" (fls. 382-384).*

2. Publicada essa decisão no DJe de 1º.2.2011 (fl. 385), interpõe Iverson Luiz de Oliveira, ora Agravante, em 4.2.2011, tempestivamente, agravo regimental (fls. 387-398).

3. Alega o Agravante:

*"A norma inserta no art. 302 do CTB, com o devido respeito, é incoerente e absurda, já que se o autor cometer um delito de homicídio culposo qualquer, terá uma reprimenda social cuja pena varia de 1 (um) a 3 (três) anos de detenção, nos termos fixados no Código Penal, ao passo que, se este mesmo indivíduo cometer o crime de homicídio*

**AI 831.778 AgR / PR**

*culposos enquanto estava na direção de um veículo automotor, sua pena será maior, sofrerá uma sanção de detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, cumulada com uma pena administrativa de suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor. Não existe a mínima plausibilidade e, se trata agentes que praticam a mesma conduta de forma diferente só porque o instrumento pelo qual o delito ocorreu é diverso, já que as qualificadoras estão descritas no § 2º do artigo 121 do Código Penal” (fl. 396).*

Requer a reconsideração da decisão agravada.

É o relatório.

**15/02/2011****PRIMEIRA TURMA****AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 831.778 PARANÁ****VOTO****A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - (Relatora):**

1. Razão jurídica não assiste ao Agravante.
2. Como afirmado na decisão agravada, este Supremo Tribunal Federal assentou a constitucionalidade do art. 302, *caput*, do Código de Trânsito Brasileiro no julgamento do Recurso Extraordinário n. 428.864:

*“DIREITO PENAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. HOMICÍDIO CULPOSO. DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. CONSTITUCIONALIDADE. ART. 302, PARÁGRAFO ÚNICO, LEI 9.503/97. IMPROVIMENTO. 1. A questão central, objeto do recurso extraordinário interposto, cinge-se à constitucionalidade (ou não) do disposto no art. 302, parágrafo único, da Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), eis que passou a ser dado tratamento mais rigoroso às hipóteses de homicídio culposo causado em acidente de veículo. 2. É inegável a existência de maior risco objetivo em decorrência da condução de veículos nas vias públicas - conforme dados estatísticos que demonstram os alarmantes números de acidentes fatais ou graves nas vias públicas e rodovias públicas - impondo-se aos motoristas maior cuidado na atividade. 3. O princípio da isonomia não impede o tratamento diversificado das situações quando houver elemento de discrimen razoável, o que efetivamente ocorre no tema em questão. A maior frequência de acidentes de trânsito, com vítimas fatais, ensejou a aprovação do projeto de lei, inclusive com o tratamento mais rigoroso contido no art. 302, parágrafo único, da Lei nº 9.503/97. 4. A majoração das margens penais - comparativamente ao tratamento dado pelo art. 121, § 3º, do Código Penal - demonstra o enfoque maior no desvalor do resultado, notadamente em razão da realidade brasileira envolvendo os*

**AI 831.778 AgR / PR**

*homicídios culposos provocados por indivíduos na direção de veículo automotor. 5. Recurso extraordinário conhecido e improvido” (Rel. Min. Ellen Gracie, Segunda Turma, DJe 14.11.2008).*

3. Os argumentos do Agravante, insuficientes para modificar a decisão agravada, demonstram apenas inconformismo e resistência em pôr termo a processos que se arrastam em detrimento da eficiente prestação jurisdicional.

4. Pelo exposto, nego provimento ao agravo regimental.

**PRIMEIRA TURMA****EXTRATO DE ATA****AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 831.778**

PROCED. : PARANÁ

**RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA**

AGTE.(S) : IVERSON LUIZ DE OLIVEIRA

ADV.(A/S) : CIRO BRUNING E OUTRO(A/S)

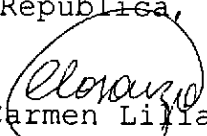
AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

**Decisão:** A Turma negou provimento ao agravo regimental no agravo de instrumento, nos termos do voto da Relatora. Unânime. Presidência da Ministra Cármen Lúcia. 1ª Turma, 15.2.2011.

Presidência da Ministra Cármen Lúcia. Presentes à Sessão os Ministros Marco Aurélio, Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Edson Oliveira de Almeida.

  
Carmen Lillian  
Coordenadora